

POPULAR GESTÃO  
DE ACTIVOS, S.A. |

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS  
1º Semestre 2018

do

**Popular Tesouraria**  
**Fundo de Investimento Mobiliário Aberto**

Fundo Harmonizado

16 de Agosto de 2018

## Relatório de Gestão

### Enquadramento Macro-económico

O mês de Janeiro ficou marcado pelos dados macroeconómicos, quer na Europa, quer nos EUA, pela reunião da FED e a promulgação da reforma fiscal nos EUA. Na Europa as minutas da última reunião do BCE revelaram abertura para que a instituição ajustasse a sua comunicação para sinalizar uma retirada do programa de compra de ativos de forma mais rápida do que o previsto, o que levou a um disparo das "yields", do Euro e do setor bancário. O sector bancário em Itália viu o stock de "bad loans" contrair em termos homólogos, (-6,4%) em Novembro, um ritmo superior ao registado em Outubro (-5,5%), o que impulsionou ainda mais os bancos italianos. Os dados preliminares apontavam para um crescimento sequencial de 0,6% do PIB da Zona Euro no último trimestre do ano (vs. +0,7% no 3º trimestre). Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7% e posicionou a região para o melhor crescimento desde 2008 (+2,5% em 2017). Já a inflação na Zona Euro desceu 10 pontos base para 1,3% em Janeiro, atingindo o nível mais baixo desde Dezembro de 2016. Com este valor a inflação afastou-se ainda mais da meta dos 2%/ano que o BCE pretende. Em Portugal a Impresa anunciou a alienação do negócio de revistas à sociedade Trust in News, tendo o encaixe sido de € 10,2 milhões. A ANACOM, em comunicado, informou os CTT que estes vão estar obrigados ao cumprimento de um conjunto de 24 indicadores de qualidade de serviço, que anteriormente era medida apenas através de 11 indicadores. Posteriormente, a empresa anunciou um plano estratégico para revitalizar o seu negócio, que incluiu o corte de 800 postos de trabalho em 3 anos (11% do total) e a redução das remunerações da administração entre 25% a 15%. Nos EUA, Donald Trump promulgou a reforma fiscal dos EUA, a mais ambiciosa em 30 anos, no valor de 1,5 biliões de dólares, que passou a lei. Este plano inclui uma redução do IRC de 35% para 21% e um grande corte do IRS para os contribuintes mais ricos, bem como cortes temporários de impostos para alguns particulares e famílias. O PIB do 3º trimestre de 2017 nos EUA cresceu 3,2%. Este valor final foi alavancado pelo consumo (+2,2%). Em termos macroeconómicos a surpresa veio do mercado laboral, face à subida homóloga de 2,9% na remuneração média por hora, a maior subida desde 2009. Este dado demonstrou que a economia dos EUA está bastante sólida, o que levou a acreditar que a FED pudesse vir a subir a taxa de referência na próxima reunião (Março), algo que não era esperado anteriormente pelos mercados, possibilidade que, no entanto, tinha sido deixada em aberto na reunião de Janeiro da FED.

O mês de Fevereiro ficou marcado, essencialmente, pelo receio em torno da FED poder vir a subir a sua taxa de referência mais vezes do que o mercado esperava anteriormente. Outro tema foi a possibilidade de imposição de taxas aduaneiras nos EUA sobre o aço e o alumínio, dando assim início a uma guerra comercial. Na Europa foi revelado que a inflação na Zona Euro caiu 10bps para os 1,2%. Este cenário afastou a ideia de subida de taxas de juro por parte do BCE, pois a evolução da inflação tem sido a contrária do pretendido. Os dados preliminares indicaram um crescimento sequencial de 0,6% da economia da Zona Euro, confirmando as estimativas. Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7%. Nas actas do BCE verificou-se que, apesar de alguns dos seus membros quererem alterar a comunicação sobre a retirada de estímulos, concluiu-se que ainda era prematuro e não justificado. Em Portugal o BCP apresentou os resultados de 2017, onde o produto bancário cresceu 4,8%, para os € 2.197 milhões, com a margem

financeira a crescer 13% para os € 1,4 mil milhões e o resultado líquido totalizar € 186 milhões vs € 24 milhões em 2016. Foi revelado que o banco iria reintegrar o Stoxx 600, a partir de 16 de Março. Nos EUA foi conhecido o valor do PIB que confirmou o crescimento em cadeia a uma taxa anualizada de 2,5% no 4º trimestre de 2017, sem surpresas para o mercado. O novo Presidente da Fed, Jerome Powel, defendeu que a recente correção no mercado de ações e o aumento das taxas sobre a dívida pública dos EUA não deviam prejudicar o crescimento e que a economia continuava robusta, reforçando assim o compromisso na subida de taxas (esperados três aumentos em 2018). Os números de inflação vieram acima do previsto em Janeiro, 2,1% vs 1,9% esperados, o que provocou imediatamente uma reação negativa no mercado acionista, mas pouco duradoura.

O mês de Março ficou marcado, novamente, pelo receio em torno da guerra comercial entre a China e os EUA. Realizou-se também a reunião da FED e do BCE, o acordo sobre a formação do governo na Alemanha e as eleições em Itália. Em Portugal o destaque foi para o BCP que voltou a reintegrar o Stoxx 600, em 16 de Março. A F. Ramada substituiu a Novabase no PSI20, a em 19 de Março. A Jerónimo Martins viu o lucro ficar aquém do esperado e teve uma quebra da margem no trimestre em 20pbs, pressionada pelos negócios de retalho em Portugal. Os CTT viram os números de 2017 superarem as estimativas de mercado, considerando os dados recorrentes, tendo a empresa confirmado o dividendo de 38 cêntimos por ação. A Sonae está a analisar a possibilidade de listar um portefólio de retalho, prevendo manter uma participação maioritária na unidade. Na Europa, na reunião do BCE, foram as palavras de Mario Draghi a animar os investidores, ao ter revisto em alta as previsões económicas para este ano e em baixa a inflação para 2019, o que alimenta o ciclo de taxas de juro baixas por um período de tempo mais longo. Esta ideia saiu ainda mais reforçada quando foi conhecido o valor da inflação de Fevereiro que mostrou uma descida, de 1,3% para 1,1%, em sentido contrário ao pretendido pelo BCE. No rescaldo das eleições italianas, Matteo Salvini, líder do partido Liga, mostrou compromisso com a coligação de centro-direita, afastando a ideia de que poderia haver conversações dentro do Bloco Eurocético, o que acabou por ser bom para a Europa. Na Alemanha os militantes do SPD aprovaram (66% a favor) o acordo com a CDU e a CSU para a formação de uma coligação governativa, acabando assim o impasse que já durava há 6 meses. Nos EUA a Taxa de Desemprego manteve-se nos 4,1%. A inflação acelerou em Fevereiro, como era esperado, para os 2,2%. Os mercados reagiram negativamente ao anúncio do Presidente norte-americano, Donald Trump, de criação de taxas de 25% nas importações de aço e de 10% nas importações de alumínio, preocupados com a hipótese duma guerra comercial. Posteriormente, o Presidente norte-americano confirmou que vai impor taxas às importações chinesas, avaliadas em \$50 mil milhões. Trump pretende assim diminuir o défice comercial com a China. A China respondeu e diz que tem planeado um imposto de 25% para as importações norte-americanas, em produtos como a carne de porco e o alumínio reciclado, e 15% em produtos como o vinho e a fruta. Estes movimentos têm indiciado o início duma guerra comercial, algo que preocupou os mercados. No entanto, ambas as partes mostraram abertura para negociar. Na primeira reunião de Jerome Powell como presidente da FED, foi decidido a subida do intervalo da taxa de juro de referência em 25 pontos, para 1,50%-1,75%, como era esperado. Foi tornado publico o uso indevido por parte da Cambridge Analytica de informação de 87 milhões de perfis do Facebook. Surgiram rumores de que a Coreia do Norte estaria disposta a discutir com os EUA a possibilidade de abandonar o seu programa nuclear.

Abril ficou marcado pela tensão em torno da guerra comercial entre os EUA e a China e dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal a Mota-Engil revelou que, pela primeira em vinte anos, não vai pagar dividendo. A Teixeira Duarte vendeu a participação no Hospital de Cascais para reduzir passivo, operação que está dependente de autorização por parte do Estado Português, enquanto entidade concedente. Surgiram rumores de que a Altri estará interessada na compra da Lwarcel, empresa com capacidade para produzir 250 mil toneladas de pasta de papel (vs. 1,04 milhões de toneladas da Altri). O valor da transação está avaliado entre € 340 milhões e € 440 milhões, e que a Altice e a Prisa vão estender o prazo para concluir a venda da Media Capital de modo a que o regulador avalie a operação. A operação tem sido bastante criticada pelas telecoms a operar em Portugal. Na Europa assistimos à divulgação da inflação da Zona Euro que passou de 1,1% para 1,3%, mas, para além de ter sido menos do que o antecipado pelo valor preliminar (1,4%), continua bem abaixo do pretendido pelo BCE, provocando inclusivamente mais afastamento entre a série do IPC e a meta 2%/ano. O BCE manteve a taxa de referência inalterada, e continuação do programa de compra de ativos de € 30 mil milhões mensais até Setembro. O discurso do presidente do BCE focou riscos para o crescimento económico, ainda que sublinhando que a atividade na Zona Euro se mantém forte. A China anunciou que irá permitir a fabricantes de automóveis estrangeiros deterem mais de 50% de joint ventures com empresas chinesas, deixando cair uma restrição com duas décadas de existência. Boa notícia para as fabricantes que poderão expandir naquele que é o maior mercado automóvel do mundo. Nos EUA o tema de Abril foi a questão das tarifas comerciais à China pelos EUA. O início do mês ficou marcado pela resposta da China ao anunciar tarifas de até 25% sobre 128 produtos norte-americanos. Ao longo do mês houve uma redução da tensão em torno da guerra comercial após Donald Trump ter escrito na sua conta pessoal do Twitter que os EUA chegarão a acordo com a China. Posteriormente, também através do Twitter, assistiu-se ao reacender da tensão geopolítica entre EUA e Rússia, com Donald Trump a ameaçar a Síria, após um ataque com armas químicas numa região da Síria, algo que posteriormente se confirmou com o lançamento de mísseis sobre a região. A inflação de Março que ficou em linha com o esperado, 2,4%. Nas actas da FED entende-se que existe a possibilidade de existência de quatro subidas de juros nos EUA este ano. Os primeiros dados preliminares do PIB apontavam para uma taxa de expansão anualizada de 2,3% no 1º trimestre face ao último período de 2017, um ritmo superior aos 2% estimados, ainda que a denotar uma desaceleração face aos 2,9% registados no 4º trimestre de 2017. Ao longo do mês assistiu-se uma diminuição da tensão geopolítica com a Coreia do Norte, anunciou a suspensão dos testes nucleares e balísticos, bem como pelo encontro histórico entre os dois líderes coreanos, dando início a uma nova era no processo de paz.

O mês de Maio ficou marcado pela crise política em Itália e em Espanha, notícias em torno da cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, o programa nuclear iraniano e a guerra comercial os EUA com a China e a União Europeia. Em Portugal o CaixaBank informou que adquiriu a posição da Allianz de 8,425% no BPI por € 178 milhões. O banco espanhol passou assim a deter 92,935% do BPI e convocou uma Assembleia de Acionistas para propor a sua saída de bolsa. O banco avançou com uma proposta de compra pelas ações não detidas de € 1,45/ ação. A China Three Gorges avançou com uma proposta de compra das ações não detidas da EDP por € 3,26/ ação. O acionista chinês detém 23,27% do capital social da empresa e o objetivo é deter pelo menos 50%. A EDP Renováveis também será alvo da aquisição ao preço de € 7,33/ ação. A

Autoridade da Concorrência rejeitou os remédios, apresentados pela Altice, no âmbito da compra da Media Capital à Prisa. O regulador justificou que a operação não protegia os interesses dos consumidores, nem garantia a concorrência no mercado. Na Europa tivemos a divulgação do valor da inflação de Abril que mostrou uma redução ao passar de 1,3% para 1,2%, afastando-se assim ainda mais do pretendido pelo BCE, 2%. A política em Espanha e em Itália dominaram as atenções neste mês: incerteza em torno do governo italiano, o que causou muita volatilidade principalmente na Banca, que só ficou esclarecida quando o Presidente Sergio Mattarella deu luz verde à proposta do Movimento 5 Estrelas e da Liga para formarem Governo, liderado por Giuseppe Conte, em Espanha a moção foi aprovada a moção de censura sobre o governo Espanhol que resultou na queda do governo de Mariano Rajoy e na subida ao poder de uma coligação liderada pelo socialista Pedro Sanchez, onde se destaca o apoio do "Podemos" e dos partidos separatistas Catalães. Em causa estava a condenação de um caso de corrupção que envolve o PP. Nos EUA a FED manteve a taxa de referência inalterada, como o mercado esperava, mas ao realçar a melhoria económica e ao dar nota de que a inflação se moveu para a meta dos 2% levantou as expectativas dos investidores na possibilidade da FED poderá ser mais agressivo na subida de juros. A inflação revelou uma subida de 2,4% para 2,5% em Abril, aumentando as expectativas sobre quatro aumentos de taxa, da FED em 2018. O Presidente norte-americano anunciou ainda que os EUA iriam abandonar o acordo sobre o programa nuclear iraniano, com proposta de sanções contra o Irão. A Alemanha, a França e o Reino Unido lamentaram a decisão dos EUA. O petróleo reagiu em alta com o barril de crude a negociar novamente acima dos \$70. A Coreia do Norte anulou o encontro com a Coreia do Sul devido aos exercícios militares conjuntos entre esta e os EUA. Os EUA, na altura, disseram que continuavam a trabalhar na preparação do encontro uma vez que não foram notificados da não realização da cimeira. No final do mês o tema da guerra comercial, regressou com a administração de Trump a anunciar a imposição de taxas às importações de aço e alumínio provenientes da União Europeia, Canadá e México, com efeitos a partir de 1 de Junho. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, reagiu de imediato, referindo que vai contestar a medida junto da OMC e prometeu retaliação da Europa. O México também manifestou a intenção de avançar com medidas, impondo taxas na ordem dos \$16,6 mil milhões. Em relação à China o Presidente norte-americano afirmou que levará adiante a imposição de tarifas de 25% sobre produtos chineses, avaliados em \$50 mil milhões. A lista de produtos a serem alvo foi divulgada no dia 15 de Junho.

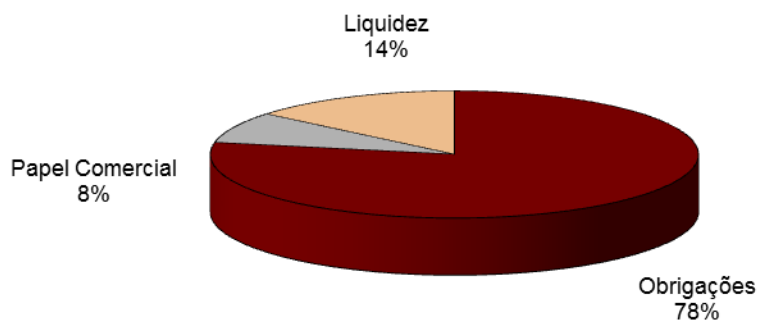
Junho ficou marcado pela escalada da guerra comercial entre a China e os EUA, as reuniões do BCE e da FED, a política de imigração na Europa e pelos dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal o Conselho de Administração Executivo da EDP recusou a proposta da China Three Gorges por considerar que o preço oferecido (€ 3,26 por ação) não reflete adequadamente o valor da empresa. A Prisa deu como terminado o acordo para a venda da Media Capital à Altice, decisão que já se espera depois do regulador português ter chumbado a operação e a Altice não ter mostrado disponibilidade para apresentar novos remédios. Surgiram rumores de que a Jerónimo Martins terá apresentado a melhor proposta pela cadeia de lojas Piotr i Pawel, na Polónia, superando a oferta da rival Auchan, empresa que terá cerca de 140 lojas na Polónia. Na Europa, o PIB do 1º trimestre confirmou que a economia da Zona Euro se expandiu apenas 0,4% em cadeia nos primeiros três meses do ano. A inflação na Zona Euro aumentou em Maio, passando de 1,3% para 1,9%, tal como se esperava, devido à subida dos custos energéticos (+6,1% em

termos homólogos). O Banco Central Europeu comunicou ao Mercado que o programa de compra de dívida pública será estendido até ao final de 2018, três meses além do que estava inicialmente planeado - Setembro de 2018. No entanto, a partir do próximo mês de Outubro, o BCE irá baixar o volume mensal de compra de ativos de € 30 mil milhões para € 15 mil milhões. O BCE comunicou também que irá manter as suas taxas de referência inalteradas até pelo menos Junho de 2019. Os líderes europeus chegaram a um acordo sobre a política de migrações. Serão criados centros, em território comunitário, para acolher migrantes resgatados, sendo feita a distinção entre aqueles que são económicos ( e que regressam ao país de origem) e os que precisam de proteção internacional. Outra novidade prende-se com a criação de plataformas regionais de desembarque, fora da Europa, para onde serão levados os migrantes. Foi acordado ainda reforçar as fronteiras externas à União Europeia e aumentar o financiamento à Turquia, Marrocos e outros países do norte de África. Nos EUA a 3ª estimativa do PIB norte-americano registou uma taxa anualizada de 2%, ritmo inferior aos 2,2% divulgados pela 2ª estimativa e que compara com os 2,9% no 4º trimestre. A rubrica do consumo privado foi revista em baixa, de um crescimento de 1% para os 0,9%, naquela que é a taxa de crescimento mais baixa desde o 2º trimestre de 2013. A inflação aumentou em Maio, de 2,6% para 2,8%, valor em linha com o previsto. A Fed aumentou a taxa de juro de referência em 25 pontos base para o intervalo 1,75%-2%. Foi a segunda subida este ano, tendo a Reserva Federal sinalizado a possibilidade de termos quatro aumentos em 2018, mais um do que o que estava previsto no início do ano. O facto da inflação prevista se situar nos 2,1%, aliado à robustez económica, ajuda a justificar estas subidas. Relativamente à cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, tanto Donald Trump como Kim Jong Un assinaram a carta conjunta após o encontro e afirmaram que a reunião correu acima das expectativas. Assistiu-se ao regresso da guerra comercial entre os EUA e a China, com Trump a confirmar \$50 mil milhões de tarifas à China. Um porta-voz do governo Chinês afirmou que não quer alimentar uma guerra comercial e que não concorda com a posição da Casa branca, mas tendo em conta a situação será forçada a retaliar de forma firme. Posteriormente os EUA ameaçaram a imposição de uma tarifa de 10% às importações chinesas, avaliadas em \$200 mil milhões, com o intuito de encorajar a China a mudar as suas práticas injustas e de abrir o seu mercado aos bens norte-americanos. A China ameaçou responder da mesma moeda aos EUA. Na reunião dos G7, o tema mais divergente foi a questão das tarifas que os EUA aplicaram recentemente aos seus parceiros.

## Actividade do Fundo

O Popular Tesouraria foi lançado em 10 de Janeiro de 2005 como fundo de tesouraria denominado em euros. O principal objectivo do fundo é de proporcionar uma rendibilidade estável e semelhante à dos mercados monetários, investindo em activos do mercado monetário, de curto prazo e de elevada segurança na Zona Euro, designadamente em papel comercial, obrigações de taxa fixa com maturidade até um ano e obrigações de taxa variável.

A 30 de Junho de 2018 a composição do Fundo apresentava-se repartida pelas seguintes classes de activos:



### Volume sob Gestão, Nº Up's em circulação e valor da UP

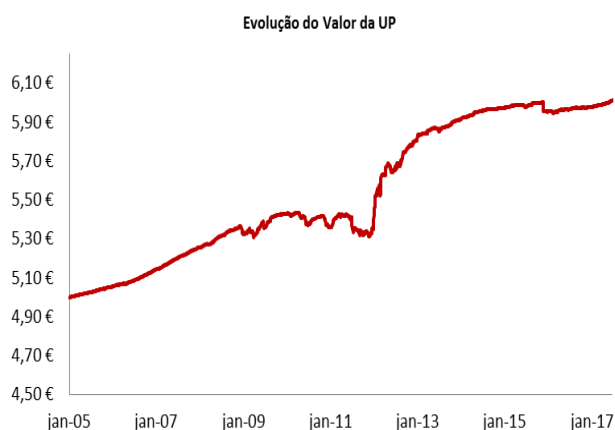
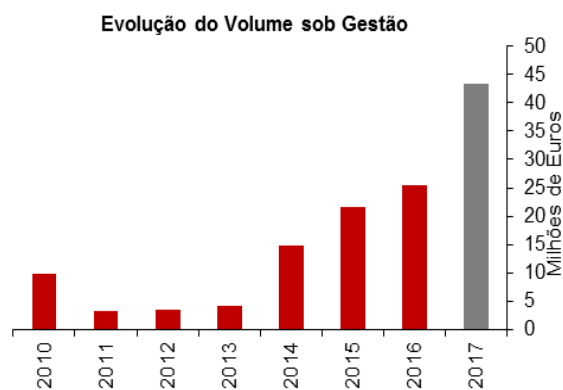
No primeiro semestre de 2018, o património líquido do Fundo era de 40 milhões de Euros. O número de participantes a 30 de Junho 2018 era de 1013.

O quadro seguinte apresenta o volume sob gestão, o número de unidades de participação e o respectivo valor unitário, correspondente ao final de cada exercício considerado.

Final	Volume sob Gestão €	Nº. Ups	Valor UP €
<b>1º Sem 2018</b>	39.916.436	6.653.308,88	5,9995
<b>2017</b>	43.384.858	7.168.695,94	6,0520
<b>2016</b>	25.402.774	4.250.206,00	5,9768
<b>2015</b>	21.612.726	3.631.373,41	5,9517
<b>2014</b>	14.851.391	2.487.692,64	5,9699
<b>2013</b>	4.192.078	708.902,66	5,9135
<b>2012</b>	3.538.280	609.300,90	5,8071
<b>2011</b>	3.321.471	619.843,50	5,3586
<b>2010</b>	9.889.687	1.845.081,73	5,3600

O valor unitário da unidade de participação a 30 de Junho de 2018, foi de 5,9995 euros.

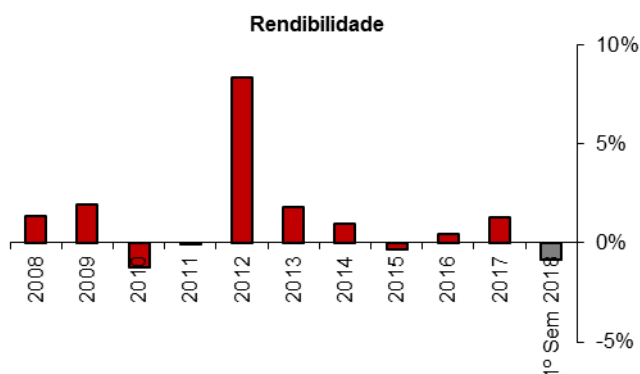
Nos gráficos seguintes poderá ser observada a evolução do valor da UP e a evolução do Volume sob Gestão:



## Rendibilidade<sup>1</sup> e Risco

A evolução da rendibilidade e risco do Fundo, por ano civil completo desde a sua criação, foi a que a seguir se indica. O valor da UP utilizado para o cálculo das rendibilidades corresponde ao valor divulgado no último dia útil dos períodos mencionados.

Ano	Rendibilidade	Risco
1º Sem 2018	-0,86%	2
2017	1,26%	2
2016	0,42%	2
2015	-0,31%	2
2014	0,95%	2
2013	1,83%	2
2012	8,36%	2
2011	-0,10%	1
2010	-1,22%	1
2009	1,91%	1
2008	1,34%	1



As rendibilidades apresentadas correspondem à rendibilidade anualizada do Fundo em cada período, e são líquidas de comissão de subscrição e resgate, uma vez que não existem. Toda a informação relativa ao Fundo encontra-se nos respectivos prospectos, os quais se encontram disponíveis em todos os locais de comercialização do Fundo (balcões do Santander Totta (antigos balcões do Banco Popular) e site do Santander Totta (para clientes antigos do Banco Popular) e no site da CMVM..

Para um participante, estas rendibilidades, só seriam obtidas, se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência.

### Factos relevantes ocorridos durante o exercício

Durante o primeiro semestre de 2018 ocorreu seguinte erro de valorização:

No dia 22 de Junho, houve um erro que originou a correção do valor da Unidade de Participação. Neste caso não houve ressarcimento dos participantes.

### Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

### Evolução previsível da actividade do Fundo

Para o 2º Semestre de 2018, a evolução dos mercados vai depender de como a Guerra Comercial dos EUA com a China e com a Europa possa evoluir. Há dois cenários possíveis: ou se intensifica com mais tarifas entre as partes e como consequência devemos ter uma quebra no crescimento mundial, pois este escalar de “agressividade” não só prejudica ambas as partes, como é uma enorme barreira para esse crescimento.

<sup>1</sup> As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que variava entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo) até 2012. Em 2013, em virtude da alteração do RJOIC, o nível de risco passou a variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo), pelo que os valores apresentados no quadro não são comparáveis entre o ano de 2013 e os anteriores.



Contudo estimamos que o crescimento possa ainda vir a ter uma evolução positiva, embora inferior ao que se previa no início de 2018, uma vez que as previsões não contemplavam esta questão. Além deste grande tema que é transversal aos principais blocos económicos mundiais, há questões internas de cada região que têm o seu impacto específico. Na Europa o tema dos imigrantes provenientes do continente africano será um grande teste para se constatar o quanto a Europa está unida para resolver esta questão, bem como o estado em que se encontram as relações entre os diversos países membros. Em termos de política monetária o Banco Central Europeu indicou que o plano de apoio terminará em Dezembro de 2018 e que uma subida de taxas só ocorrerá depois do verão de 2019. Não deixa de ser um bom indicador, sobre as perspectivas que a instituição tem sobre a evolução da economia da região. Nos Estados Unidos da América continuamos a prever a continuação do crescimento económico, assim como a subida da inflação, para valores próximos do objectivo da FED que teve já duas subidas da sua taxa de referência em 2018, bem como a manutenção da taxa de desemprego em valores próximos dos actuais. O principal risco de aquecimento, por nós antecipado, continuará a ser político, nomeadamente com Donald Trump e o seu plano de investimento em infraestruturas e a liberalização do ambiente regulatório e do lado dum eventual arrefecimento da economia norte-americana. Há também o risco também é político, ou seja, uma escalada na guerra comercial e no aumento de tarifas entre os EUA, China e União Europeia. Na China mantemos a nossa visão de início de ano em que prevíamos a tendência de abrandamento do crescimento económico com uma inflação baixa e estável, dinâmica esta proveniente da redução do investimento público e da impacto negativo do sector imobiliário. O principal risco interno na China continua a ser o elevado peso da dívida, considerando o total de dívida privada (maior) e pública (menor), que superam os 250% do seu PIB.

### Custos e Proveitos do Fundo

No quadro seguinte estão indicados os custos e proveitos do Fundo, bem como as principais rubricas de comissões, com referência a 30 de Junho de 2018, comparativamente com os verificados no final dos sete últimos anos civis.

	Euros							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	1º Sem 2018
<b>Custos</b>	254.157	157.464	127.136	262.230	648.686	745.226	840.244	1.277.005
<b>Proveitos</b>	277.834	391.623	194.849	322.847	550.251	838.880	1.135.130	904.280
<b>Comissão de Gestão</b>	22.405	12.210	19.314	37.236	73.105	100.739	119.279	100.592
<b>Comissão de Depósito</b>	7.468	4.070	6.438	12.412	24.369	33.580	39.760	33.530
<b>Comissão Carteira Títulos</b>	110	115	-	-	-	-	0	-
<b>Taxa de Supervisão</b>	1.176	1.273	1.200	1.521	2.625	3.608	3.932	3.211

Não são cobradas comissões de subscrição/resgate, conforme definido no prospecto do Fundo. Constituem encargo do Fundo todas as despesas relativas à compra, venda e outras operações de activos por conta do Fundo, encargos legais e fiscais, bem como a taxa de supervisão e os relativos aos honorários do Auditor do Fundo que sejam devidos por força da legislação em vigor.

**No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património em 30 de Junho de 2018:**

	Montante (euros)
<b>Valores Mobiliários</b>	34.106.893
<b>Saldos Bancários</b>	5.649.845
<b>Outros Activos</b>	186.690
<b>Total Activos</b>	39.943.428
<b>Passivo</b>	26.992
<b>Valor líquido do Inventário</b>	39.916.436

**De seguida apresenta-se a demonstração dos activos por % do Activo em 30 de junho de 2018:**

Nome	ISIN	Montante	% Act líquido
Empresa Desenv.11/18	XS0180955568	497.350,00	1,25%
PEUGEOT 6.5 18/1/19	FR0011567940	637.888,44	1,60%
GALP 4,125 25/1/19	PTGALIOE0009	1.039.210,14	2,60%
SEMPLE FLOAT 301120	PTSEMGOE0002	101.740,86	0,25%
SAUDCR FLT 06/29/21	PTSDRCOE0002	414.270,89	1,04%
SONCPL Float 28/5/19	PTSNPDOE0001	202.971,65	0,51%
SAUDACOR FLT 07/2020	PTSDRBOE0003	306.202,12	0,77%
PESTA FLOAT 280220	PTGRPCOE0002	204.372,22	0,51%
CINPL 0 12/19/19	PTCINGOE0005	206.128,34	0,52%
PESTANA FLT 12/21	PTGRPFOE0009	204.296,89	0,51%
SEMAPA 0 17/04/2019	PTSEMFOE0003	203.924,70	0,51%
IPRPL FLOAT 121118	PTIPRAOE0002	514.291,57	1,29%
NOSPL Float 03/28/22	PTNOSBOE0004	307.361,67	0,77%
BBVASM FLT 11/25/18	ES03132111Q7	500.170,00	1,25%
PGB Float 11/30/21	PTOTVIOE0006	333.811,67	0,84%
MS Float 01/27/22	XS1511787407	100.315,13	0,25%
BACRED FLOAT 07/01/1	IT0004931124	398.063,53	1,00%
BACRED 4 09/30/18	IT0004955685	415.592,00	1,04%
ALTCEL FLT 03/06/24	PTALTEOE0008	317.377,00	0,80%
SANSCF FLT 12/23/18	XS1534970956	500.049,93	1,25%
UBS FLOAT 09/20/22	CH0359915425	300.220,42	0,75%
SG FLOAT 04/01/22	XS1586146851	301.618,80	0,76%
OTRV ABRIL 2022	PTOTVJOE0005	190.068,30	0,48%
RENAUL FLT 04/12/21	FR0013250685	282.043,75	0,71%
ISPIM FLT 04/19/22	XS1599167589	489.287,00	1,23%
ACAFP FLT 04/20/22	XS1598861588	100.398,09	0,25%
MS FLOAT 11/08/22	XS1603892065	300.518,30	0,75%
GM FLOAT 05/10/21	XS1609252645	100.514,87	0,25%
DB FLOAT 05/16/22	DE000DL19TQ2	192.166,50	0,48%
GOVMAD Flt 06/09/22	PTRAMXOM0006	772.191,94	1,93%
SAUDCR FLT 06/20/22	PTSDREOM0000	468.833,50	1,17%
GOVMAD FLT 12/27/22	PTRAMVOE0008	785.977,69	1,97%
SAUDCR Flt 12/20/19	PTSDRDOM0001	304.087,17	0,76%
CELBI Float 07/14/27	PTBINJOM0003	505.170,04	1,27%
OTRV AGOSTO 2022	PTOTVKOE0002	621.348,61	1,56%
AEGON Flt 02/02/21	XS0242163656	503.645,15	1,26%
VW Flt 07/06/21	XS1642546078	397.735,22	1,00%
BAC FLOAT 09/2021	XS1687279841	748.096,31	1,87%
GS FLOAT 09/2023	XS1691349523	394.829,20	0,99%
BMO Float 09/2021	XS1691466756	100.452,98	0,25%
DE Float 10/03/22	XS1692846790	99.884,00	0,25%
NIBC BANK NV	XS1173845352	632.310,31	1,58%

BNRGR 5.5 07/19/18	XS0645941419	52.707,35	0,13%
ISPIM Var 03/17/23	IT0005163602	661.459,73	1,66%
UCGIM Var 06/30/23	IT0005199267	1.044.890,00	2,62%
ENECO Flt 10/24/22	XS1705553417	99.934,00	0,25%
CDEP FLOAT 03/2022	IT0005090995	767.159,33	1,92%
UTX Float 11/13/19	XS1715323298	100.166,00	0,25%
AKZANA Float 11/2019	XS1715353105	100.233,00	0,25%
FCAIM 7,375 07/2018	XS0647264398	536.020,75	1,34%
BCHINA FLOAT 11/2020	XS1720540217	499.528,00	1,25%
ALDFP Float 11/2020	XS1723613581	600.148,85	1,50%
AKTIA BANK PLC	XS1697551080	200.165,22	0,50%
PGB Float 12/05/22	PTOTVLOE0001	363.791,18	0,91%
VW FLT 06/15/21	XS1734547919	99.350,13	0,25%
RENAUL FLT 01/12/23	FR0013309606	197.296,33	0,49%
DAIGR FLT 01/11/23	DE000A19UNN9	987.130,00	2,47%
QNBK Float 01/25/19	XS1556193339	699.576,73	1,75%
RBS FLOAT 03/23/2020	NL0009294057	995.020,00	2,49%
BHARTI 4 12/10/18	XS0997979249	621.664,19	1,56%
IAPLN 3.125 03/06/19	XS1041793123	1.027.651,51	2,57%
BAMIIM 3,50 03/14/19	XS1044894944	511.327,78	1,28%
PORTB 0 07/20/18	PTPBTCGE0039	500.060,00	1,25%
MTNA 3 03/25/19	XS1048518358	411.493,04	1,03%
REFER 5.875 02/18/19	PTCPEHOM0006	317.146,97	0,79%
PEMEX 3.75 03/15/19	XS1379157404	206.254,63	0,52%
EDPPL 2.625 04/15/19	XS1057345651	1.025.695,75	2,57%
COLSM 1.863 06/05/19	XS1241699922	813.564,82	2,04%
BAYNGR FLT 06/26/22	XS1840614736	100.365,49	0,25%
FCABNK 2.625 17/4/19	XS1057487875	307.506,58	0,77%
CCTS Float 11/19	IT0005009839	301.664,12	0,76%
Renault Flt03/14/22	FR0013260486	199.755,02	0,50%
VW Float 07/16/18	XS1167637294	600.012,00	1,50%
ISPIM Float 06/20	XS1246144650	99.853,38	0,25%

### Composição discriminada da carteira do Fundo:

A composição discriminada da carteira encontra-se na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de Agosto de 2018

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

## Demonstrações Financeiras

## BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2018

CÓDIGO	ATIVO	30.06.2018			30.06.2017	CÓDIGO	PASSIVO	30.06.2018	30.06.2017
		ATIVO BRUTO	MAIS-VALIAS	MENOS-VALIAS E PROVISÕES					
21	<b>CARTERA DE TÍTULOS</b>								
	Obrigações	31 058 385	159 772	349 539	30 868 618	61	33 266 544	15 123 875	
26	Outros Instrumentos de Dívida	3 238 275	-	-	3 238 275	62	4 484 573	683 745	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	34 296 660	159 772	349 539	34 106 893	64	2 538 044	2 243 158	
	<b>TERCEROS</b>					65	-	-	
	Contas de Devedores	-	-	-	-	66	-372 725	144 673	
418	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0	0	0	0		39 916 436	18 195 451	
	<b>DISPONIBILIDADES</b>					481	-	-	
	Depósitos à Ordem	5 649 845	-	-	5 649 845	421	-	-	
12	Depósitos a Prazo e com Pré-Aviso	-	-	-	-	423	20 416	10 208	
13	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	5 649 845	0	0	5 649 845	424+429	5 346	2 686	
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>						25 762	12 894	
	Acréscimos de Proveitos	186 690	-	-	186 690	55	1 230	1 375	
51	Despesas com Custo Diferido	-	-	-	-	56	-	-	
52	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-	-	-	58	-	-	
58	Contas Transitórias Activas	-	-	-	-	59	-	-	
59	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS	186 690	0	0	186 690		1 230	1 375	
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>40 133 195</b>	<b>159 772</b>	<b>349 539</b>	<b>39 943 428</b>		<b>39 943 428</b>	<b>18 209 720</b>	
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				6 653 309		5,9955	6,0155	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

		(em euros)					
código	CUSTOS E PERDAS	30.06.2018	30.06.2017	CÓDIGO	PROVETOS E GANHOS	30.06.2018	30.06.2017
712 711 + 718	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b> JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS Da Carteira de Títulos e Outros Activos Outros, de Operações Correntes	108 049 -	9 393 145	812 + 813 811 + 818	<b>PROVETOS E GANHOS CORRENTES</b> JUROS E PROVETOS EQUIPARADOS Da Carteira de Títulos e Outros Activos Outros, de Operações Correntes	419 926 -	149 216 -
722 724+...+728	COMISSÕES E TAXAS Da Carteira de Títulos e Outros Activos Outros, de Operações Correntes	48 137 333	10 72 096	822	RENDIMENTO DE TÍTULOS Da Carteira de Títulos e Outros Activos	- -	- -
73	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 019 132	357 882	832	GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Activos	484 354	423 898
7411+7421 7412+7422	IMPOSTOS Imposto Sobre o Rendimento Impostos Indirectos	- 11 213	- 5 761		REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO PROVISÕES De Provisões p/ encargos	- -	- -
75 77	PROVISÕES DO EXERCÍCIO Provisões para Encargos	- 1 230	- 1 282	851 87	OUTROS PROVETOS E GANHOS CORRENTES	- -	3 825
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	1 277 005	446 569		TOTAL DOS PROVETOS E GANHOS CORRENTES	904 280	576 939
783 788	<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b> Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores Outros Custos e Perdas Eventuais	- -	- -	883 888	<b>PROVETOS E GANHOS EVENTUAIS</b> Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores Outros Provectos e Ganhos Eventuais	- -	- 14 303
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS	0	0		TOTAL DOS PROVETOS E GANHOS EVENTUAIS	0	14 303
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>0</b>	<b>144 673</b>		<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>372 725</b>	<b>0</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1 277 005</b>	<b>591 242</b>		<b>TOTAL</b>	<b>1 277 005</b>	<b>591 242</b>
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	- 222 949	205 829		Resultados Eventuais	-	14 303
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-	-		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	- 361 512	150 434
	Resultados Correntes	- 372 725	130 370		Resultado Líquido do Período	- 372 725	144 673

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DO PERÍODO FINDO em 30 de JUNHO DE 2018**  
(em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2018	30-06-2017
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	<b>15 758 698</b>	<b>6 793 860</b>
Subscrição de unidades de participação	15 758 698	6 793 860
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>-18 854 396</b>	<b>-14 145 856</b>
Resgates de unidades de participação	-18 854 396	-14 145 856
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>	<b>-3 095 698</b>	<b>-7 351 996</b>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	<b>33 504 711</b>	<b>36 609 317</b>
Venda de títulos e outros activos	33 068 581	36 393 807
Reembolso de títulos e outros activos	-	3 825
Juros e proveitos similares recebidos	436 130	211 685
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>-32 122 271</b>	<b>-32 334 900</b>
Compra de títulos e outros activos	-32 010 441	-32 323 990
Juros e custos similares pagos	- 108 049	- 9 393
Comissões de corretagem	- 46	- 10
Outras taxas e comissões	- 3 735	- 1 507
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos</b>	<b>1 382 440</b>	<b>4 274 417</b>
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	<b>0</b>	<b>100</b>
Outros recebimentos correntes	-	100
<i>PAGAMENTOS:</i>	<b>- 146 755</b>	<b>- 80 117</b>
Comissão de gestão	- 101 068	- 55 265
Comissão de depósito	- 33 689	- 18 422
Impostos e taxas	- 10 768	- 6 375
Outros pagamentos correntes	- 1 230	- 55
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>	<b>- 146 755</b>	<b>- 80 017</b>
<b>Saldo dos fluxos de caixa do período (A)</b>	<b>-1 860 013</b>	<b>-3 157 596</b>
<b>Disponibilidades no início do período (B)</b>	<b>7 509 858</b>	<b>4 294 520</b>
<b>Disponibilidades no fim do período (C)=(B)+/(A)</b>	<b>5 649 845</b>	<b>1 136 924</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(Valores expressos em euros)

### **INTRODUÇÃO**

A constituição do Fundo de Investimento Mobiliário POPULAR TESOURARIA foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, de 22 de Dezembro de 2004, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua actividade em 10 de Janeiro de 2005 como um fundo aberto de tesouraria denominado em euros.

Na prossecução do objectivo do OIC enquanto fundo aberto de tesouraria a sua politica de investimento é direccionada para o investimento em valores mobiliários de curto prazo e baixa volatilidade, depósitos bancários com maturidade residual inferior a 12 meses, e instrumentos do mercado monetário, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial de empresas, bilhetes do tesouro, obrigações de taxa variável e obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 12 meses, e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente. O Fundo deverá deter em permanência entre 50% e 85% do seu valor líquido global, investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário, e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não devendo os depósitos bancários exceder os 50%. O Fundo investe exclusivamente em valores mobiliários admitidos à negociação nos mercados de cotações oficiais de países da União Europeia.

O OIC é administrado, gerido e representado pela POPULAR GESTÃO DE ACTIVOS, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Santander Totta, S.A.. Em 27 de Dezembro de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à aquisição e fusão com o Banco Popular Portugal, S.A. O Banco Popular Portugal deixou de existir enquanto entidade jurídica, sendo todos os seus direitos e obrigações transferidos para o Banco Santander Totta, S.A.

Para a Popular Gestão de Activos, S.A. esta medida não implica qualquer alteração na actividade, que continua a operar como até agora, mas integrados num novo grupo bancário.

A actividade do Fundo encontra-se regulamentada pela Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro, o regime geral dos organismos de investimento colectivo.

As notas às contas respeitam a numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas dos OIC, pelo que os números não identificados neste Anexo não têm aplicação por inexistência de situações a reportar.

### **BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, processados de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários através do regulamento nº06/2013.

O regulamento nº 1/2013 veio introduzir o reconhecimento do montante de imposto diferido passivo incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias potenciais geradas a partir de 1 de Abril de 2013 pela carteira de títulos. Até à data de introdução desta alteração, apenas era registado o montante de

imposto apurado incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias efectivas, quando não isentas de imposto (ver nota i)).

Com as alterações ao regime fiscal dos organismos de investimento colectivo previsto no Decreto-Lei nº 7/2015, o impacto fiscal sobre o saldo positivo das mais e menos-valias apurado até 31 de Março de 2013 foi considerado no âmbito do apuramento do imposto a efectuar, com referência a 30 de Junho de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**a) Especialização de exercícios**

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

**b) Aplicações em títulos**

Os títulos são registados pelo respectivo valor de aquisição sendo valorizados, de acordo com as regras estabelecidas no prospecto completo do Fundo, que têm por base o disposto no Regulamento nº 15/2003 da CMVM, conforme segue:

- Títulos cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários cotados, admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado, será utilizada a cotação de fecho divulgada pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram admitidos à negociação, com excepção dos mercados estrangeiros cujo fecho ocorra após as 17 horas, caso em que a cotação utilizada será a disponível até àquela hora.

- Títulos não cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários não cotados, os quais poderão ser obrigações e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário, adoptar-se-ão os seguintes critérios:

- i) Tratando-se de obrigações admitidas à negociação numa bolsa de valores mas que não tenham sido negociadas em bolsa nos últimos quinze dias, ou que estejam em processo de admissão à cotação, utilizar-se-á, para cada um desses valores, o preço de oferta de compra oferecido por “market-makers”, difundido regularmente por meios de informação especializados (nomeadamente Reuters, Bloomberg ou



equivalente), desde que o seu volume e preços de tais ofertas sejam representativos e tenham em conta o seu presumível valor de realização;

ii) Tratando-se dos mesmos valores atrás mencionados e existindo obrigações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, utilizar-se-á a valorização destes activos como preço aplicável àqueles valores, desde que as emissões sejam fungíveis entre si e assegurem a mesma liquidez;

iii) Tratando-se de obrigações não cotadas, utilizar-se-ão os preços de oferta de compra, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda atrás mencionados, difundidos por aqueles meios de informação especializados anteriormente referidos, desde que o volume e preços de tais ofertas sejam representativas e tenham em conta o seu presumível valor de realização;

iv) Nos casos anteriores e na ausência daqueles preços difundidos no dia, utilizar-se-ão os preços calculados através de modelos de avaliação baseados na metodologia dos fluxos de caixa descontados, tendo em conta a evolução das taxas de mercado e dos prémios de risco dos emitentes;

v) Tratando-se de unidades de participação de fundos de investimento, utilizar-se-á o último valor disponível e divulgado à data de referência da valorização.

Para efeitos da determinação do preço aplicável à valorização dos instrumentos representativos de dívida, emitidos por prazos inferiores a um ano, será adoptado o custo de aquisição acrescido dos juros decorridos desde a data de aquisição até ao momento da valorização da carteira.

As mais e menos-valias assim apuradas são registadas nas rubricas de mais e menos-valias no activo a crescer e a deduzir, respectivamente, ao valor bruto da carteira de títulos por contrapartida de resultados.

Os juros decorridos dos títulos em carteira são registados na rubrica de Acréscimos de proveitos do activo por contrapartida de resultados.

Os valores relativos a operações de compra e venda de títulos realizadas, mas cuja liquidação ainda não ocorreu à data do balanço, encontram-se registados nas rubricas de Contas de devedores, do Activo, e Outras contas de credores, do Passivo.

Na venda de títulos, o método utilizado no custeio das saídas é o FIFO, independentemente da sua natureza.

### **c) Valorização das unidades de participação**

O valor de cada unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se dividindo o valor líquido global do património do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado através da dedução, à soma dos valores que o integram, do montante das comissões e encargos até ao montante da valorização da carteira.

**d) Variações patrimoniais**

Resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate face ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate.

**e) Comissão de gestão**

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, é cobrada mensalmente ao OIC uma comissão de gestão, de 0,45% ao ano, calculada diariamente, sobre o valor líquido global do OIC antes de comissões. Este custo é registado na rubrica "Comissões".

**f) Comissão de depositário**

A comissão de depositário corresponde à remuneração do Banco Popular Portugal, S.A., pelo exercício dos seus serviços de banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,15% sobre o valor do património líquido do OIC. Este custo é registado na rubrica "Comissões". A comissão é cobrada mensal e postecipadamente.

**g) Taxa de supervisão**

É devida à CMVM uma taxa de supervisão, calculada diariamente por aplicação da taxa de 0,0012% sobre o património líquido do OIC. Este custo é registado na rubrica "Comissões", sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

**h) Outros encargos**

Constituem encargo do OIC, para além dos referidos nas alíneas e), f) e g) , as despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC, bem como os relativos aos honorários do Auditor do OIC, os quais são devidos por força da legislação em vigor.

**i) Impostos sobre o rendimento**

O Decreto-Lei n.º 7/2015 procedeu à reforma do regime de tributação dos OIC – Organismos de Investimento Colectivo.

À semelhança do regime de tributação aplicável às sociedades, sobre o lucro tributável apurado pelos OIC incide a taxa geral de IRC (actualmente 21%). Para efeitos de apuramento do lucro tributável, não são considerados os rendimentos de capitais, rendimentos prediais e mais-valias (exceto se

provenientes de jurisdição sujeita a regime fiscal claramente mais favorável), assim como os gastos ligados àqueles rendimentos.

Os prejuízos fiscais apurados pelos OIC são reportáveis por 5 anos com o limite de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Os OIC encontram-se isentos de derrama municipal e de derrama estadual, sendo-lhes no entanto aplicáveis as regras de tributação autónoma previstas no Código do IRC.

Com o novo regime, passa a incidir Imposto do Selo sobre o valor líquido global dos OIC, trimestralmente, à taxa de:

- 0,0025% - para os OIC que invistam, exclusivamente, em instrumentos do mercado monetário e depósitos;
- 0,0125% - para os outros OIC.

Os rendimentos resultantes da distribuição ou resgate são sujeitos a retenção na fonte, podendo esta não ser aplicada em função da natureza do participante ou da sua residência fiscal.

- Regime transitório

O regime de tributação dos OIC consagra um regime transitório.

As mais-valias e menos-valias de elementos patrimoniais adquiridos na vigência do regime anterior foram apuradas e tributadas de acordo com as regras do anterior regime, em que era tributada em 25% a diferença entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de Junho de 2015 e entregue o imposto através da Declaração Modelo 22 do ano em que os elementos patrimoniais sejam realizados. A diferença entre o valor de realização e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 é isenta de IRC.

**NOTA 1 – SALDOS E MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL DO OIC**

Quadro 1 – Número de unidades de participação emitidas, resgatadas e em circulação no 1º semestre de 2018. Valor líquido global do OIC e da unidade de participação no primeiro semestre de 2018, bem como dos factos geradores das variações ocorridas.

	31.12.2017	Subscr.	Resgates	Dist. res.	Outros	Res. Per.	30.06.2018
Valor base	35 843 480	13 015 259	15 592 195	-	-	-	33 266 544
Diferença p/ Valor base	5 003 334	2 743 440	3 262 201	-	-	-	4 484 573
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	0
Resultados acumulados	2 243 158	-	-	-	294 886	-	2 538 044
Resultados do exercício	294 886	-	-	-	- 294 886	- 372 725	- 372 725
<b>Soma</b>	<b>43 384 858</b>	<b>15 758 699</b>	<b>18 854 396</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>- 372 725</b>	<b>39 916 436</b>
Nº unidades participação	7 168 696	2 603 052	3 118 439				6 653 309
Valor unidade participação	6,0520	6,0539	6,0461				5,9995

Quadro 2 – Número de participantes por escalão

ESCALÕES	Nº
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	6
0,5% ≤ UPs < 2%	40
UPs < 0,5%	967

Quadro 3 – Evolução do valor da unidade de participação, do valor global e do número de UP's em circulação do OIC nos trimestres de actividade do OIC.

Anos	VLGF	Valor da UP	Nº de U.Ps em Circulação
2018			
Março	47 448 075	6,0491	7 843 799
Junho	39 916 436	5,9995	6 653 309
2017			
Março	23 564 258	5,9892	3 934 467
Junho	18 195 451	6,0155	3 024 775
Setembro	30 186 941	6,0385	4 999 100
Dezembro	43 384 858	6,0520	7 168 696
2016			
Março	20 879 967	5,9572	3 504 991
Junho	20 044 361	5,9655	3 360 062
Setembro	24 828 840	5,9710	4 158 211
Dezembro	25 402 774	5,9768	4 250 206

## NOTA 3 – INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>Merc. Cot. Oficiais de Bolsa Val. Port.</i>						
<b>- Títulos de Dívida Pública</b>	<b>3 462 040</b>	<b>99 153</b>	<b>286</b>	<b>3 560 907</b>	<b>6 342</b>	<b>3 567 250</b>
PGB Float 11/30/21	318 000	15 264	-	333 264	548	333 812
OTRV ABRIL 2022	181 000	8 326	-	189 326	742	190 068
GOVMAD Fit 06/09/22	750 000	21 495	-	771 495	697	772 192
GOVMAD FLT 12/27/22	763 694	22 085	-	785 779	198	785 978
OTRV AGOSTO 2022	594 000	23 463	-	617 463	3 886	621 349
PGB Float 12/05/22	355 000	8 520	-	363 520	271	363 791
PORTB 0 07/20/18	500 346	-	286	500 060	-	500 060
<b>- Outros Fundos Públicos Equiparados</b>	<b>1 471 636</b>	<b>24 519</b>	<b>7 242</b>	<b>1 488 913</b>	<b>4 481</b>	<b>1 493 394</b>
SAUDCR FLT 06/29/21	408 976	5 256	-	414 232	39	414 271
SAUDACOR FLT 07/2020	300 000	2 427	-	302 427	3 775	306 202
SAUDCR FLT 06/20/22	451 560	16 836	-	468 396	438	468 834
SAUDCR Fit 12/20/19	311 100	-	7 242	303 858	229	304 087
<b>- Obrigações diversas</b>	<b>3 076 271</b>	<b>33 058</b>	<b>47 406</b>	<b>3 061 923</b>	<b>22 859</b>	<b>3 084 782</b>
SEMPF FLOAT 301120	102 900	-	1 383	101 517	224	101 741
SONCPL Float 28/5/19	200 375	1 913	-	202 288	684	202 972
PESTA FLOAT 280220	201 500	500	-	202 000	2 372	204 372
CINPL 0 12/19/19	200 000	5 940	-	205 940	188	206 128
PESTANA FLT 12/21	200 000	4 148	-	204 148	149	204 297
SEMAPA 0 17/04/2019	204 090	-	1 390	202 700	1 225	203 925
IPRPL FLOAT 121118	552 500	-	41 000	511 500	2 792	514 292
NOSPL Float 03/28/22	300 500	5 500	-	306 000	1 362	307 362
ALTCEL FLT 03/06/24	300 000	15 057	-	315 057	2 320	317 377
CELBI Float 07/14/27	502 100	-	2 100	500 000	5 170	505 170
REFER 5.875 02/18/19	312 306	-	1 533	310 773	6 374	317 147
<i>Merc. Cot. Ofic. B.V. Estados Membros U.E.</i>						
<b>- Títulos de Dívida Pública</b>	<b>1 599 695</b>	<b>0</b>	<b>33 917</b>	<b>1 565 778</b>	<b>395</b>	<b>1 566 173</b>
Empresa Desenv.11/18	500 000	-	2 650	497 350	-	497 350
CDEP FLOAT 03/2022	797 790	-	30 670	767 120	39	767 159
CCTS Float 11/19	301 905	-	597	301 308	356	301 664
<b>- Obrigações diversas</b>	<b>21 448 742</b>	<b>3 042</b>	<b>260 688</b>	<b>21 191 096</b>	<b>142 684</b>	<b>21 333 780</b>
PEUGEOT 6.5 18/1/19	637 806	-	17 334	620 472	17 416	637 888
GALP 4,125 25/1/19	1 024 276	-	2 696	1 021 580	17 630	1 039 210
BBV ASM FLT 11/25/18	501 000	-	830	500 170	-	500 170
MS Float 01/27/22	100 020	229	-	100 249	66	100 315
BACRED FLOAT 07/01/1	399 800	-	1 956	397 844	220	398 064
BACRED 4 09/30/18	404 360	-	768	403 592	12 000	415 592
SANSCF FLT 12/23/18	500 505	-	470	500 035	15	500 050
UBS FLOAT 09/20/22	300 039	150	-	300 189	31	300 220
SG FLOAT 04/01/22	300 000	1 236	-	301 236	383	301 619
RENAUL FLT 04/12/21	282 088	-	242	281 846	198	282 044
ISPIM FLT 04/19/22	503 910	-	15 245	488 665	622	489 287
ACAFP FLT 04/20/22	100 000	305	-	100 305	93	100 398
MS FLOAT 11/08/22	300 150	204	-	300 354	164	300 518
GM FLOAT 05/10/21	100 000	465	-	100 465	50	100 515
DB FLOAT 05/16/22	199 600	-	7 552	192 048	119	192 167
<b>A Transportar</b>	<b>15 263 196</b>	<b>159 319</b>	<b>135 944</b>	<b>15 286 571</b>	<b>83 084</b>	<b>15 369 655</b>

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
AEGON Fit 02/02/21	510 800	-	7 740	503 060	585	503 645
VW Fit 07/06/21	399 390	-	1 770	397 620	115	397 735
BAC FLOAT 09/2021	750 525	-	2 438	748 087	9	748 096
GS FLOAT 09/2023	400 000	-	5 184	394 816	13	394 829
BMO Float 09/2021	101 303	-	851	100 452	1	100 453
DE Float 10/03/22	100 300	-	416	99 884	-	99 884
NIBC BANK NV	630 577	-	9 784	620 793	11 517	632 310
BNRGR 5.5 07/19/18	52 194	-	2 094	50 100	2 607	52 707
ISPIM Var 03/17/23	698 700	-	37 788	660 912	548	661 460
UCGIM Var 06/30/23	1 098 090	-	53 200	1 044 890	-	1 044 890
ENECO Fit 10/24/22	100 300	-	366	99 934	-	99 934
UTX Float 11/13/19	100 400	-	234	100 166	-	100 166
AKZANA Float 11/2019	100 350	-	117	100 233	-	100 233
FCAIM 7,375 07/2018	523 144	-	23 088	500 056	35 966	536 022
BCHINA FLOAT 11/2020	500 840	-	1 390	499 450	78	499 528
ALDFP Float 11/2020	600 000	90	-	600 090	59	600 149
AKTIA BANK PLC	200 652	-	496	200 156	9	200 165
VW FLT 06/15/21	100 000	-	654	99 346	4	99 350
RENA UL FLT 01/12/23	200 000	-	2 748	197 252	44	197 296
DAIGR FLT 01/11/23	1 004 010	-	16 880	987 130	-	987 130
QNBK Float 01/25/19	701 050	-	1 694	699 356	221	699 577
RBS FLOAT 03/23/2020	1 000 000	-	4 980	995 020	-	995 020
BHARTI 4 12/10/18	618 300	-	9 918	608 382	13 282	621 664
IAPLN 3.125 03/06/19	1 030 600	-	12 880	1 017 720	9 932	1 027 652
BAMIM 3,50 03/14/19	514 650	-	8 475	506 175	5 153	511 328
MTNA 3 03/25/19	409 156	-	852	408 304	3 189	411 493
PEMEX 3.75 03/15/19	205 100	-	1 044	204 056	2 199	206 255
EDPPL 2.625 04/15/19	1 022 820	-	2 590	1 020 230	5 466	1 025 696
COLSM 1.863 06/05/19	814 201	-	1 657	812 544	1 021	813 565
BAYNGR FLT 06/26/22	100 000	363	-	100 363	2	100 365
FCABNK 2.625 17/4/19	306 366	-	456	305 910	1 597	307 507
Renault Fit03/14/22	200 000	-	276	199 724	31	199 755
VW Float 07/16/18	600 570	-	558	600 012	-	600 012
ISPIM Float 06/20	100 800	-	977	99 823	30	99 853

**2. OUTROS VALORES***Outros Instrumentos de Dívida*

<b>- Papel Comercial</b>	<b>3 238 275</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 238 275</b>	<b>9 929</b>	<b>3 248 204</b>
PC NOS 0,06% 40ª EM	250 000	-	-	250 000	1	250 001
PC Melia Hotels 0,04	399 919	-	-	399 919	8	399 927
INAPA 1ºEM.3.98%17/8	588 357	-	-	588 357	8 521	596 878
PC Sonae SGPS 875ª	500 000	-	-	500 000	2	500 002
PC EEM 11ª-95% 19/10	700 000	-	-	700 000	1 312	701 312
PC EDA 0.18% 07/18	400 000	-	-	400 000	30	400 030
PC SUMOL 0,5% 44Em	400 000	-	-	400 000	56	400 056

<b>Total</b>	<b>34 296 660</b>	<b>159 772</b>	<b>349 539</b>	<b>34 106 893</b>	<b>186 690</b>	<b>34 293 583</b>
--------------	-------------------	----------------	----------------	-------------------	----------------	-------------------

**DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO OIC**

Contas	31.12.2017	30.06.2018
Depósitos à ordem	7 509 858	5 649 845
<b>Total</b>	<b>7 509 858</b>	<b>5 649 845</b>

**NOTA 4 – CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS**

Os critérios utilizados na valorização dos activos integrantes da carteira do Fundo encontram-se explicitados no capítulo “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” deste Anexo.

Durante o período não foram utilizados critérios diferentes dos previstos no prospecto do Fundo.

**NOTA 12 – EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO**

MATURIDADES	MONTANTE EM CARTEIRA (A)	EXTRA-PATRIMONIAIS (B)				SALDO (A)+/(B)
		FRA	SWAPS(IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	11 338 190	-	-	-	-	11 338 190

**NOTA 15 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO PERÍODO**

<b>Custos</b>	<b>Valor</b>	<b>% VLGF <sup>(1)</sup></b>
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	100 592	0,2235%
<i>Componente Variável</i>	-	-
Comissão de Depósito	33 530	0,0745%
Taxa de Supervisão	3 211	0,0071%
Custos de Auditoria	1 230	0,0027%
Outros Custos	48	0,0001%
<b>Total</b>	<b>138 611</b>	
<b>Taxa Global de Custos (TGC)</b>		<b>0,3080%</b>

(1) Média relativa ao período de referência

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO









e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2015 a 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2018.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de agosto de 2018



---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC  
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)